

Governo Regional continua a esconder informação ao Parlamento e a primar pela falta de transparência

Carlos Silva salientou, esta terça-feira, que o Governo Regional dos Açores da coligação PSD/CDS/PPM “continua a esconder informação à Assembleia Legislativa Regional” e a “primar pela opacidade, contrariando a transparência que tanto apregoa, mas que não pratica”.

O vice-presidente da bancada parlamentar socialista no Parlamento dos Açores reforçou que, neste momento, “existem 12 requerimentos que aguardam resposta por parte do Governo da coligação”, atravessando diversas áreas governativas.

“O Governo Regional está a reter informação, seja no caso das contas da SATA, da execução do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) nos Açores, na execução do Plano anual de Investimentos, no controlo de pragas, nas vagas escolares para crianças com necessidades especiais, enfim, num conjunto de matérias muito relevantes para a vida dos Açorianos”, frisou.

Entre as questões não respondidas, prosseguiu, está a “alegada poupança anual de 1,5 milhões de euros com o encerramento das lojas da SATA”, um valor avançado à imprensa pelo Presidente do Conselho de Administração da Azores Airlines, mas que “nunca foi devidamente explicado, nem consubstanciado, nem nunca ninguém percebeu bem essa conta”.

Carlos Silva frisou, ainda, que quando este Governo Regional responde aos requerimentos “fá-lo apenas para a estatística”, mas “não responde verdadeiramente às perguntas colocadas pelos partidos, porque apenas dá respostas evasivas e incompletas”.

O parlamentar do PS considerou “muito curioso” que o atual responsável governativo dos assuntos parlamentares, Paulo Estêvão, que quando era deputado na oposição “rascava as vestes sempre que considerava as respostas do Governo insatisfatórias”, agora seja “o campeão das respostas evasivas e de tentar passar por entre os pingos da chuva”.

“O que temos hoje nos Açores é um Governo que se diz muito humilde e democrático, mas que na prática oculta informação, o que impede os deputados do Parlamento Regional de desempenharem a sua normal função de fiscalização e de fiéis da balança. Isto não é positivo para os Açores e impõe-se uma mudança nesta postura arrogante e autoritária”, finalizou o vice-presidente do grupo parlamentar do PS, Carlos Silva.

Ponta Delgada, 3 de setembro de 2024